ELATORIO DA BIBLIOTECA
UDITA, ARQUIVO DISTRITAL
USEU REGIONAL DE LEIRIA

2.ª EDIÇÃO

COMPREENDENDO O PERÍODO DA ORGANISAÇÃO E A TERMINAR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher

1919

TIP. LEIRIENSE

LEIRIA

RELATÓRIO

DA

Bibliteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional

DE

LEIRIA

Estão de tal modo ligados os factos que se referem à organização e criação da Biblioteca Erudita, Arquivo Distrital e Museu Regional de Leiria, que, ao ter de elaborar o primeiro relatório sôbre estes estabelecimentos de instrução, não o posso fazer para cada um, em separado, mas sim em conjunto.

Ainda que contrariado, tenho de referir-me á minha acção em Leiria, a favor da Instrução, para me desagravar da campanha levada a efeito, por meus compatriotas, contra a minha obra, uns, levados pela mais crassa ignorância que os impele a combater todos os factores da civilização, outros, pelo espírito de inveja dos inúteis que os obriga a contrariar todas as iniciativas úteis, àlem da vaidade irritada dos que, podendo fazer alguma coisa, nada produzem, nem querem que outros se evidenceiem em qualquer ramo de utilidade.

Ainda há os patriotas de palavras, que não de factos, que não podem tolerar que os haja na realidade trabalhando sem mira noutra recompensa mais do que a satisfação da sua consciência, o prazer do dever cumprido para com a humanidade em geral e a Pátria em particular.

Junte-se ainda a acção da inércia colectiva, própria dum país como o nosso, de esfôrço mínimo, em que todos se julgam sábios, inteligentes e insubstituíveis, e nutrem o grande desejo de se verem elevados e adulados sem trabalho próprio, mas, no geral, à custa do trabalho alheio, e poder-se há avaliar do esfôrço que representa a organização dêstes estabelecimentos de instrução e educação.

Há ainda a considerar as condições especiais do meio, devidas a condições atávicas e ao clima.

Leiria está situada numa das mais húmidas regiões da Europa, a do Lis ao Mondego, e a humidade é um factor depauperante de energias, tendo a agravá-lo o alcoolismo.

A mulher nesta região freqùenta a taberna a par do homem, e, triste é constatá-lo, Leiria, com menos de 5:000 habitantes, (4:392 pelo censo de 1911)

sustenta o mínimo de noventa tabernas, que devem render bem, porque os melhores artistas das diferentes profissões teem trocado os seus ofícios, dos quais auferiam bons interêsses, pelo negócio do vinho.

Um terceiro factor, não menos importante, vem ainda actuar neste meio: o das congregações de religiosos mendicantes.

Leiria tinha três conventos de frades mendicantes: S. Francisco, S. Agostinho e S. António; e ainda a cercá-la, em Pombal e V. Nova de Ourêm, conventos de S. António; e, na Batalha, dominicanos. De freiras, havia, em Leiria e no Louriçal, dominicanas; um recolhimento, na cidade, da ordem de S. Francisco, e ainda o cabido da Sé.

Leiria—uma cidade que, no princípio do século passado, tinha população inferior a 2:500 habitantes, e que, além das casas religiosas, contava, entre igrejas e capelas, umas vinte; gemendo sob o pêso dos impostos; pagando, além das contribuições do Estado, duas décimas para a igreja, agravadas com o peditório constante das cinco casas religiosas nela instaladas—era explorada com grande intensidade pelo fanatismo religioso a que os dominicanos juntavam a intolerância, e daí resultou êste estado de geral apatia, sem vida, sem energia, que só por uma intensa acção emigratória, emigratória e educativa se pode modificar.

É esta uma das manchas, no mapa da vida nacional, que mais carece de uma acção tónica e vivificante que corrija os vícios, imprima carácter, incuta energia e faça integrar estes povos na comunhão dos espíritos cultos.

Infelizmente, os organismos que teem a seu cargo a direcção dos serviços da Instrução e da Educação, não se preocupam com estas coisas, não estudam o carácter e a índole regional, nem a forma especial de cada região prover com o remédio mais eficaz.

Os Ministros, agora Secretários de Estado da Instrução, não teem, muitas vezes, quem nas diversas repartições os informe com conhecimento de causa, tendo de lidar, em geral, com *burocratas da capital,* que constituem uma classe especial da burocracia, que só procura proventos, estorvando a acção que lhes possa alterar os hábitos sedentários.

O Ministério da Instrução ressente-se ainda, e muito, da sua ligação com o Ministério do Reino, depois Ministério do Interior, onde a Instrução era considerada um ramo da política, senão da politiquice local, e assim foi que, criado o Ministério da Instrução, tanto se quis legislar, para justificar a sua criação, que tudo se baralhou e confundiu, e até os períodos escolares, que eram certos e bem definidos, passaram à maior desorganização possível, e só a actual situação tem trabalhado favorávelmente.

O serviço das Bibliotecas não podia deixar de sofrer do mal geral, e a doença que atacou a nossa instrução, veio atacar também as Bibliotecas, Arquivos e Museus, sem haver esperança de tão breve ver realizada obra útil e bem orientada. É que, reconhecendo os poderes públicos a gravidade do estado da doença dêste Ministério, teem-se enganado chamando para o dirigir não médicos do espírito, mas médicos corporais que se tenham evidenciado na política, agravando cada vez mais um estado que só pode remediar-se por uma completa remodelação dos serviços da Secretaria do Estado, fazendo-o sair de junto do Ministério do Interior, a que o prendem as afinidades políticas, e colocando à frente dos seus serviços homens de comprovada competência técnica e de probidade profissional, que façam do exercício da sua missão um sacerdócio e não uma forma de angariar proventos e ostentar vaidades.

É esta a base indispensável para um futuro desafrontado da instrução, que então se firmará nos princípios da justiça, do saber e da competência.

Como nasceu a ideia da organização da Biblioteca e primeiros serviços que prestei à Instrução, em Leiria

Para se conhecer e compreender bem o meu gesto terei de entrar, por vezes, em particularidades da minha vida.

Em Setembro de 1894 fui colocado como escrivão-tabelião em Pôrto de Mós, comarca de 2.ª classe, que foi suprimida no ano imediato, por decreto de 7 de Setembro.

A êsse tempo tinha minha mulher gravemente enferma, havia já dois meses, com moléstia de que veio a falecer em 2 de Abril do ano seguinte; quatro filhos, um dos quais de peito; sogra; duas cunhadas e um cunhado, ama e criada. Fizeram-me marchar com os meus colegas para Alcobaça, com os cartórios, que tinham sido carregados tumultuàriamente em carros, para ali fazermos o inventário, em duplicado, de todos os processos a dividir pelas comarcas de Alcobaça, Leiria e Tôrres Novas. Imagine-se a situação em que me veria, colocado de repente, sem vencimento, numa terra estranha, com despesas de hospedagem, deixando onze pessoas em casa, com minha mulher sem poder mexer-se, gravemente doente.

Dois meses depois era criado, provisòriamente, um 5.º ofício na comarca de Leiria, e eu nêle provido.

Cartório criado de novo, tendo de fazer a instalação e adquirir todos os livros e fazê-los selar; sem clientes, como notário; e começando a entrar na distribuição de processos, que só três meses depois poderiam ser pagos, e, neste intervalo, as despesas com o casamento de uma das cunhadas, e por fim a morte da minha companheira de treze anos.

Tive de me desfazer de todos os valores que possuía, jóias e mobiliário, em grande parte, e por fim contrair dívidas.

Quando comecei a normalizar a minha vida e que os desgostos se iam acalmando, procurei conhecer Leiria, e, desde a pessoa mais instruida à mais ignorante, nivelavam-se no que respeitava ao conhecimento do passado da sua terra. Tinham morrido uns e fugido outros, dos que se dedicavam a Leiria, e os que restavam nada sabiam nem procuravam saber.

Contentavam-se em dizer que o Castelo era do tempo dos mouros e que D. Denís ali tinha vivido, repetindo a conhecida lenda do escudeiro de Santa Isabel, que, por ter ido ouvir missa, se salvou de morrer assado num forno, o que aconteceu ao colega, escudeiro de D. Denís, que, por mal querer à sua ama, dera causa a essa scena. Esta versão, trazida dos povos orientais desde tempos remotos, e que, modificando-se através a Europa, tomou essa forma e assim chegou ao nosso país, localizaram-na uns em Alcântara, outros próximo de Santarêm, e por fim os leirienses entre as freguesias de Amor e Monte Rial.

Todos lamentavam também a perda da valiosa biblioteca que António Xavier Rodrigues Cordeiro, falecido em 11 de Dezembro de 1896, legara à Câmara Municipal, com a condição de arranjar casa própria, e que, por se não cumprir essa disposição nem se fazer caso, passou para seus herdeiros, e hoje está, muito melhorada, em poder do sr. dr. Afonso Lopes Vieira.

Comoveu-me esta indiferença dos leirienses pela sua terra, e talvez devido ao estado do meu espírito, e ainda porque me considerava sem terra natal, pois que minha família estava acidentalmente em Braga, quando nasci, donde saíra em tão tenra idade que dela não tinha reminiscências algumas. Comecei a afeiçoar-me a Leiria. Esses laços apertaram-se mais, pelo casamento com uma se-

nhora desta cidade e pelo nascimento de mais quatro filhos, e assim passei a considerar Leiria como minha terra.

Por ela tenho trabalhado incessantemente, e, coisa curiosa, todos os ódios que tenho despertado nesta cidade, todas as campanhas que se teem levantado contra mim, pelos leirienses, teem tido por causa não o tratar dos meus interêsses, que antes tenho muitas vezes prejudicado, por dedicação à minha terra adoptiva, mas justamente por a querer ver progredir em todos os ramos e ocupar o lugar que de direito lhe pertence.

Comecei, pois, a adquirir alguns livros que me elucidassem sôbre Leiria, comecei a estudá-la sob todos os aspectos, e tive de estudar bastante para poder entrar no conhecimento de algumas das matérias que para mim eram novas.

Quando tinha uma pequena estante já cheia de livros, lembrei-me de fundar uma Biblioteca Pública. Mas como realizar o meu intuito, se a família era numerosa e os encargos pesados, tendo a amortização de uma dívida para mim avultada?

Querer, é poder, disse para comigo, e resolvi desde então suprimir as despesas supérfluas, deixar de adquirir coisas que às vezes me eram necessárias e assim obtinha para a minha obra uma média de 80 a 90$000 réis, que, ao proclamar-se a República, me permitia oferecer à Câmara Municipal mais de 3:200 volumes no valor superior a 1.200$000 réis.

Na vigência da Monarquia tinha tentado, por duas vezes, dar organização á Biblioteca, o que fiz pela primeira vez quando apenas tinha uns 1:500 volumes, mas nada consegui e até cheguei a ser insultado em cartas anónimas!!!

Oferecida a minha biblioteca à Camara, deu-se um caso curioso e que define o carácter e sentimentos de certas pessoas que se dizem ilustradas e educadas, pois que destas partiu.

Emquanto uns, sem conhecerem a biblioteca, diziam que ela para nada prestava, outros não podiam encontrar-me sem dizer que tinha feito mal, pois que em Leiria ninguêm me agradecia!!... Para que me servem os agradecimentos, não me dirão? Quem cria uma Biblioteca, o que pretende é que ela seja freqùentada e utilizada e nada mais.

Mas ainda aparecia uma opinião mais curiosa e extravagante: a de que eu ***era um ladrão dos meus filhos!!***... Extraordinárias inteligências! Ora vejamos:

Tenho oito filhos e não possuo outros bens mais do que a modestíssima mobília da minha casa e o Montepio para minha mulher.

Por minha morte, a biblioteca, dividida, não ia remediar a condição de qualquer dêles, se fôsse má, e ficava destruida. Era uma obra inutilizada.

Por outro lado, se em lugar de empregar o dinheiro em livros, o continuasse a empregar em coisas supérfluas, gastaria senão mais, pelo menos o mesmo, e ninguêm diria que era um ladrão dos meus filhos!

Isto, traduzido em linguagem corrente, significa que, na opinião dos meus censores, quem gasta qualquer parcela em proveito da colectividade é um mau cidadão, mas aquele que gasta em vícios, ou em coisas inúteis, é, pelo contrário, um exemplar chefe de família!...

Mas ainda há outro prisma por onde encarar a questão:

Qual o fim que se deve ter em vista ao criar uma Biblioteca?

Naturalmente, dar-lhe condições de vida e desenvolvimento, e procurar que possa aproveitar ao maior número.

Com a doação da minha biblioteca prejudiquei os meus filhos?

Não, porque ela tomou um desenvolvimento que nunca tomaria se não a convertesse em propriedade pública, onde os meus filhos, como todos os cidadãos, poderão ir instruir-se. É um usufruto geral, em vez de ser parcial.

Parece-me que esta é a verdadeira teoria, a única para os homens de bem, e tanto mais que, por virtude da criação da Biblioteca, se criou também o Arquivo Distrital e o Museu Regional.

Ora, como a Biblioteca só por si não basta para educar, tenho procurado instruír, e assim foi que, ainda na Monarquia, regi durante alguns meses um curso de primeiras letras, na Corporação dos Bombeiros, e durante dois anos, na Associação dos Artistas, de sociedade com outros amigos da instrução, um curso em que me coube a cadeira de instrução primária; fui também dos fundadores da Filial da Liga Nacional de Instrução, que representei no Congresso Pedagógico, realizado na Sociedade de Geografia, em Abril de 1909, secretariando na sessão da noite de 13 de Abril e tendo nessa sessão estranhado o proceder do rei, que, estando em Lisboa, enviara um telegrama ao Congresso afirmando o seu amor à instrução, e ainda verberado o Ministro e os directores gerais, que deixavam de cumprir o seu dever, não indo ali assistir à abertura do Congresso, resultou dessa minha atitude a comparência dos alvejados, na sessão imediata, a procurarem justificar-se.

Ainda fundei o semanário *Leiria Ilustrada,* onde publiquei muitos documentos históricos noticias e estudos de Leiria, de que resultou ser honrado com o diploma de sócio da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólegos Portugueses e da Sociedade de Geografia.

A Câmara e a Biblioteca

Logo após a proclamação da República compareci na primeira sessão da Câmara Municipal, a que presidia o Sr. Inácio Veríssimo de Azevedo, e declarei que, tendo-se realizado a minha aspiração de ver proclamado o novo regime, pelo qual tão dedicadamente trabalhara, e devendo êste assentar numa sólida e larga obra de instrução e educação, vinha oferecer a minha biblioteca de próximamente 3:200 volumes e respectivas estantes, obrigando-me a dirigi-la gratuitamente.

Os vereadores presentes olharam-me com cara de caso e o presidente disse que agradecia, dirigindo-me duas amabilidades. Retirei-me seguidamente, convencido de que o meu gesto não fôra compreendido e por isso tinha sido mal recebido.

O semanário *O Distrito de Leiria,* unico que ao tempo se publicava na cidade, publicara um mui permenorizado relato da sessão camarária, omitindo uma só nota.. a doação da biblioteca ! . . .

Uns quinze dias depois, o director do semanário, sr. Miguel da Costa Trindade, encontrando-se comigo, pediu-me para lhe escrever uma notícia sôbre a oferta da biblioteca, pois que na *Câmara nada lhe tinham dito sôbre tal assunto.*

Solicitei, instantemente, que me fôsse cedido um compartimento nos Paços do Concelho, onde provisóriamente fizesse a instalação. Pois, apesar de haver casas disponíveis, só passados uns seis meses, devido á intervenção enérgica do meu amigo e colega sr. João Pereira Gomes, que então era administrador do concelho, me foi cedida uma sala onde estabeleci o meu cartório e a biblioteca, mas sendo as despesas da mudança, adaptação das estantes e aquisição de outras, á minha custa, por a Câmara se recusar a satisfazê-las.

Mais tarde criou a Câmara um Internato Liceal no Seminário, situado defronte do Liceu. Lembrei á Câmara a vantagem de se mudar a minha biblioteca para êste edifício, juntando a uns dois mil volumes que ali deviam existir, e funcionando o director do Internato como bibliotecário.

A Câmara aprovou, e de acôrdo com o director do Internato fez-se a mu-

dança para dois compartimentos contíguos á biblioteca, mas as ***despesas da mudança tive de as pagar***, por a Câmara se recusar fazê-lo.

Pouco depois, fui avisado para mudar os meus livros para outras dependências, visto que o director precisava ocupar justamente as da biblioteca, a-pesar-de dispor de mais de vinte quartos vasios. Não fui, e a mudança fez-se ***á moda do diabo.***

Passa-se mais algum tempo, e os sargentos de infantaria n.º 7 pedem á Câmara para lhes ceder uma sala do Seminário para instalação de uma cooperativa, e o sr António Vieira Repolho, então presidente da Comissão Executiva, indicou a sala da biblioteca do Seminário!

Fui intimado a fazer o despejo dessa sala, e como a êsse tempo já tinha conseguido introduzir-me na Comissão de Separação dos Bens Eclesiásticos, primeiro como secretário, passando mais tarde a presidente, lembrei-me de a fazer transportar para o Paço Episcopal, onde, rèunindo as três bibliotecas, a minha, a do Paço e Seminário, calculava atingir mais de oito mil volumes.

Combinada com os sargentos a mudança, comprei porção de jornais e novelos de cordel, para atar os livros em massos, e assim foi conduzida no primeiro dia uma pequena parte, num carro, ficando de se mudar o resto em outro dia, do que seria avisado.

Fixou-se o novo dia e hora, mas, havendo uma conferência no Teatro, fui avisado de que a mudança seria transferida, e assim ás quatro horas retirei para minha casa. Hora e meia depois, um negociante de trapo manda-me avisar para que fosse depressa ao Paço ver uma grande barbaridade. Assim o fiz: levantei-me da mesa e corri.

Ao chegar ao Paço senti a mais horrível impressão, e por instantes uma vertigem me obscureceu a razão, mas reagi, para acudir.

Os livros tinham sido despejados pelos soldados, para uma galera, que os foi descarregar á porta do edifício do Paço, no meio da rua, como quem despeja pedra britada. Ali estavam em monte, e alguns soldados em volta pegavam nuns e noutros que atiravam como coisa inútil, havendo quem lembrasse uma fogueira, por serem obras dos jesuitas.

No edifício que tem um grande páteo interior, onde podem entrar os maiores carros, estava alojado um batalhão do 7 e havia oficial de dia e uma guarda á porta das armas. Um primeiro cabo, a quem recorri, e cujo nome não recolhi, porque o desejava aqui inscrever, foi quem me valeu. Não só me arranjou algumas praças para me conduzirem os livros á biblioteca, como lhes recomendava o maior cuidado, e ainda foi pelas casernas, salvando-me muitos livros. Tive de ***gratificar as praças*** que bom serviço me fizeram, e ainda ***pagar, também do meu bolso,*** três escudos, importância da conta apresentada pelo sargento ajudante Ribeiro, pela mudança nos carros.

O Internato, péssimamente orientado e dirigido, acabou, e o edifício do Seminário foi cedido ao Quartel.

Fui intimado a fazer com rapidez a mudança da minha livraria. Combinei com o então amanuense da Câmara, sr. Augusto Baltasar, ficar êle no Seminário a fazer a expedição dos livros, devendo eu ir para o Paço, para os receber, mudança que precisava ser feita com cuidado, pois que grande parte das obras estava em brochura.

No dia aprazado, porêm, o chefe de serviços da Câmara, sr. Joaquim da Cunha Oliveira, que queria ir ver as propriedades, mandou ficar na Secretaria o amanuense, dizendo que ia êle dirigir o serviço.

Na verdade, foi ao Seminário e deixou o serviço entregue a um zelador, indo êle passear. Ao meio da tarde as mulheres, que faziam a mudança em ces-

tos, declararam-me, aflitas, que um oficial lhes dissera que os livros que não fôssem mudados naquele dia seriam atirados pela janela para o páteo!!

Imagine-se o transporte de livros assim feito, com precipitação, sem haver quem vigiasse a expedição. Obras houve que chegaram mutiladas e desfeitas em tantos volumes quantas as fôlhas...

Um horror...

Por vezes percebi que desvairava, e a mim mesmo preguntava se estaria na Europa ou na *Cafraria*.

Passaram-se dias inteiros, em que entrava no Paço, via os milhares de livros amontoados e muitos inutilizados, sem uma voz amiga que me animasse, e ora chorava de desespero, ora còrava de vergonha pelo meu pais, onde era possível darem-se factos desta ordem.

Não tinha salas onde arrumar a livraria, faltavam-me estantes, e as minhas, imperfeitas, não eram adaptáveis. O batalhão tinha deixado o Paço e alojara-se ali o Distrito de Recrutamento e o regimento de Reserva n.º 7, nos baixos a Delegação Agrícola da região. Restava parte do andar nobre, mas não havia meio de obter as chaves.

Passei a arrombar portas e a apossar-me das salas contíguas á da biblioteca, que apenas tinham o telhado, faltando-lhes o tacto. Não tinha outro recurso. Numa delas fui arrumar as estantes que tinham vindo do Seminário, mas eram precisas mais e a Câmara não as fornecia.

Fizeram se as eleições municipais e foi eleita uma Camâra de que fazia parte o sr. dr. João Correia Mateus, professor do Liceu e advogado, e que estava indicado para presidente da Comissão Executiva. Esperei pelo ano de 1914, em que esta corporação devia tomar posse, julgando que uma melhor época se abria, mas enganei-me.

A Comissão Jurisdicional tinha-me cedido os livros do Convento da Portela, próximamente mil volumes, e demorei a incorporação, esperando ser auxiliado pela nova Câmara, mas foi baldada a esperança.

Durante mais de três meses procurei fazer a mudança, mas nada consegui, antes, pelo contrário, se deu um caso curioso.

A êsse tempo, invocando-se o meu patriotismo e ardente fé republicana, vi-me obrigado a aceitar o lugar de administrador do concelho da Batalha, com o encargo de o disciplinar, o que consegui, sem auxílio de fôrça nem de um polícia, sequer. Quis tambêm sanear, mas percebi que era ludibriado pelo Governador Civil e pedi a demissão.

Pouco depois era novamente instado para fazer um inquérito em Pombal, em virtude de terem agredido o administrador do concelho, que ficára gravemente ferido, substituindo-o durante o seu impedimento, e sem auxílio, tambem, de um polícia.

Pouco tempo depois dava-se a greve ferroviária, e era novamnnte instado para ir substituir o administrador, dando-me dois polícias para me auxiliarem na fiscalização, tendo três estações na linha de Oeste e três na do Norte; e dêsses dois polícias, um, ia doente, não podendo trabalhar, tendo eu de lhes ***pagar do meu bôlso a alimentação*** e ***hospedagem,*** não recebendo, tanto desta como da primeira vez, remuneração alguma, pois que os vencimentos e emolumentos os entreguei ao administrador efectivo.

Entre Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra surgiram desinteligências, por causa da criação dêste concelho. Tinha havido conflitos graves. As fôrças militares, ainda bem não retiravam, já eram novamente reclamadas, e êste estado já durava alguns meses.

Representantes dos dois concelhos vieram, a 16 de Abril de 1914, pedir

um administrador do concelho. Os correligionários do Governador Civil não queriam arriscar-se, e novamente fui instado, invocando-se todas as minhas qualidades, fé, patriotismo, etc. Aceitei.

Pelo caminho, em Pombal, Ancião e Figueiró, amigos me tentaram dissuadir do que achavam temerária emprêsa, mas nada conseguiram.

Chegado a Pedrógão, o meu primeiro acto foi mandar retirar a fôrça militar e fiquei só, sem um polícia sequer. Não houve mais conflitos. Nem para as eleições nem para os arraiais e festas, em que era costume todos os anos requisitar fôrça militar, foi preciso pedi-la êsse ano.

E aqui está como perdi o ano de 1914 e o de 1915 até Setembro.

E, para estes cargos, o meu nome tinha sido indicado pelo sr. dr. João Correia Mateus, que parece tinha em vista inutilizar-me... por incompetência.

Não tinha podido obter da Câmara a incorporação dos livros do Convento da Portela, durante os três e meio primeiros meses de 1914, mas depois de estar em Pedrógão Grande me escreveu o sr. dr. Mateus, por duas vezes, a pedir a chave da Biblioteca, para fazer então a incorporação. Acedi de má vontade.

Quando regressei, falando pela primeira vez com o sr. dr. Mateus, declarou-me êste que tinha tido um dissabor com a Biblioteca, pois que quando mandára a casa de meu cunhado, capitão Mário Turpia pedir a chave, já o chefe dos serviços da Câmara, sr. Joaquim da Cunha Oliveira, a tinha ido levantar. Estranhei a declaração, mas calei-me.

Dias depois, em Outubro já, pediu-me o sr. dr. Luís José de Oliveira para lhe mostrar um dicionário bom. Dirigi-me ao local onde devia estar a ***Enciclopédia Portuguesa,*** completa e encadernada, uma das obras por mim oferecidas à Biblioteca, e que me custára mais de 70$00 escudos, e encontrei-a substituída por volumes de outras obras que, ao sair para Pedrógão, tinha deixado em cima de uma mesa, numa sala contígua.

Dirigi-me ao sr. dr. Mateus e narrei lhe o caso.

Encarregou o amanuense sr. Augusto Baltasar de saber quem tinha ido à Biblioteca, e êste apurou que o chefe de serviços, tendo ido buscar a chave a casa de meu cunhado, a levara para a Câmara; que na ocasião da mudança dos livros da Portela, ficara a assistir à expedição o vereador sr. Pedro José Rodrigues, e fôra para o Paço, para os receber, o amanuense sr. Joaquim Nicolau Ferreira, acompanhado de um zelador, e que ninguêm mais se utilizara da chave.

Dei, por indicação do sr. dr. Mateus, participação por escrito, mas nada se apurou. Mais tarde dei-lhe a conhecer mais um pormenor: — que, por ocasião da incorporação da Portela, viram sair uma mulher com uma cesta com livros, cobertos com uma toalha, a qual se dirigira para os lados do Terreiro.

Só passados meses é que da Câmara se deu conhecimento à polícia, que, para fingir que fazia alguma coisa, foi interrogar uns estudantes que, um ano antes da obra faltar, tinham andado por cima dos telhados!!! E até hoje nunca se apurou quem fôsse o gatuno (*).

Como já disse, precisava de estantes, e então mais, com a entrada dos mil volumes da Portela.

Tive a felicidade de haver falta de trabalho na oficina de um carpinteiro, correligionário da maioria da vereação, e o homem veio ter comigo, da parte do sr. dr. Mateus, dizendo-me que, faltando-lhe trabalho e precisando eu de estantes, vinha para lhe indicar o que era preciso. Assim o fiz e lá consegui umas

---

(*) Depois da distribuição da 1.ª edição dêste Relatório os funcionários visados justificaram a sua não culpabilidade no desaparecimento da *Enciclopédia,* a qual, passados alguns dias, apareceu misteriosamente na escada da Biblioteca.

tôscas e mal alinhavadas estantes feitas por fabricantes de cêra, que bem ou mal lá vão servindo para pôr livros.

Horrorizado com as scenas e lutas constantes, receando que houvesse uma vereação que deliberasse vender os livros a pêso, apressei o tirar a Biblioteca da posse da Câmara para a do Estado, e tanto mais que o recheio era de obras cedidas pela Comissão Jurisdicional, das que me tinha apossado e que pertenciam à Comissão de Separação, e das minhas.

Pois tive de trabalhar quási todo o ano de 1915, e parte do ano de 1916, para conseguir que o sr. Júlio Dantas, inspector das Bibliotecas, se interessasse.

Raiou, por fim, o dia em que Sua Ex.ª deveria visitar Leiria. Percorreu a Biblioteca, conferenciou comigo, Governador Civil e présidente da Câmara, e perante todos comprometeu-se a enviar-me livros, e faria um acôrdo proveitoso para a Câmara e o Estado, pois que por parte dêste prometia todo o auxílio e encheria, como recompensa ao meu trabalho, o Paço de obras para a Biblioteca e Arquivo.

Achava que a localização do edifício era má, por causa da violenta ladeira que lhe dava acesso, mas mais tarde se arranjaria edifício melhor, prometendo ir tratar de obter obras para o Paço, pelo Ministério do Fomento. E de tudo isso que prometeu, a tudo faltou. Apenas da Biblioteca de Lisboa me foi enviado um caixote com obras em parte truncadas, e o resto, quási tudo leis, portarias e decretos!!...

Na Câmara, porêm, o sr. dr. Mateus entravou quanto possível a passagem da Biblioteca para o Estado a ponto de eu, numa das sessões, perder a cabeça e proferir expressões que me podiam ter levado ao banco dos réus.

E aqui está, por forma simples e sem comentários, a acção da Câmara com relação à Biblioteca.

Passarei a tratar do

Museu Regional de Leiria

Datam de 1908 as minhas primeiras tentativas para organizar um Museu em Leiria, que começaria por uma secção de arqueologia, e nesse sentido procurei principalmente o auxílio da então Rial Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, que em ofício n.º 570, de 31 de Maio dêsse ano, me comunicava estar tratando da minha pretensão, que era: ser classificada monumento nacional a igreja de S. Pedro, templo românico do século XII, e depois me fôsse cedida a igreja de N. Senhora da Penha, no Castelo, templo gótico do século XIV, para núcleos do Museu. Tambêm o sr. dr. José dos Santos Pereira Jardim trabalhou neste sentido, quando Governador Civil. Nada obteve.

Proclamada a República e publicadas as leis de Separação da Igreja e dos bens religiosos, lembrei-me de que se poderia organizar um Museu Regional com a parte aproveitável do recheio das casas religiosas do distrito, e procurei interessar no assunto varias associações e pessoas, mas nem umas nem outras me quizeram auxiliar.

A secção mais rica era a que pertencera ao Paço Episcopal, mas a parte mais valiosa já o falecido bispo-conde D. Manuel Correia de Bastos Pina, a quem a arte em Portugal muito deve, indignado por terem vendido a pêso, em 1885 para derreter, parte de uma custódia que era uma obra de arte de ourivesaria, fizera transportar para Coimbra, e lá figura nos respectivos museus. Procla-

mada a República, ordenou de novo o bispo a remessa de outros objectos, e assim todas as alfaias religiosas e peças de indumentária se perderam para o Museu de Leiria.

O Convento do Louriçal também tinha obras de arte apreciáveis, e por mais que solicitasse auxílio, para as poder adquirir para o Museu, auxílio que se limitava a embalagem e transporte, não houve maneira de o conseguir, e não podendo, nessa ocasião, dispor de recursos, para o fazer à minha custa, foram uns recolhidos ao Museu de Coimbra, ainda outros ao de Aveiro, e parte vendidos ao desbarato uns e roubados outros, sofrendo Leiria a humilhação de deixar levar da cidade as valiosas pratas que estavam depositadas na Agência do Banco de Portugal!!!

Comecei a pedir a uns e outros se interessassem pela cedência dos objectos pertencentes à Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, e como ninguêm se interessasse, insinuei-me para que o delegado da Comarca me escolhesse para escrivão do respectivo processo das casas religiosas, a fim de melhor conhecer o que nelas havia e me orientar.

Comecei a pedir directamente à Comissão, verbalmente e por escrito, mas faltava-me o carácter oficial, e daí as dificuldades.—Organizei uma *Comissão dos Interêsses de Leiria,* para tratar da defesa dos interêsses da cidade e procurei que também me auxiliasse na organização do Museu, mas nada; e no entanto servi-me algumas vezes do seu nome, para ir preparando o terreno. Vendo nomeadas comissões para proceder à organização e instalações de Museus, propuz ao Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª circunscrição a nomeação de uma comissão para êsse fim, mas, como via demoras, pedi à Câmara para me nomear director do Museu Municipal, que era nominal.

A Câmara acedeu, e em 19 de Abril o sr. Adriano José Rodrigues, então presidente, me comunicava que em sessão de 17 fôra nomeado ***beneméritamente*** conservador do Museu.

Nessa qualidade, então, já obtive que o Ministro da Justiça autorizasse a Comissão Jurisdicional a ceder ao Museu alguns objectos, bem poucos, do Convento de Santa Ana, a livraria, colecção de moedas e seis cadeiras do Convento da Portela.

A muito custo, obtivera uma sala nos Paços do Concelho, onde reunira alguns objectos de arte e história natural, das casas religiosas, até que podendo introduzir-me na Comissão Concelhia de Separação, como secretário, e depois passar a presidente, levei do Paço as obras de arte que ali axistiam.

E vi-me obrigado a assim proceder, porque a Câmara, a quem apenas tinham sido arrendados os edifícios do Paço e Seminário e suas dependências, dispusera do mobiliário como coisa sua, tendo eu tido bastante trabalho para poder fazer recolher alguns objectos, descaminhando-se outros. Coisa curiosa: Emquanto que na Câmara se davam todas as facilidades para visitar o Paço e ver o que lá havia, só duas pessoas tinham dificuldade em o fazer, o sr. Ernesto Korrodi e eu, os únicos que queriam salvar o pouco que restava!!

A sala que a Câmara me cedera teve de ser despejada e mudei tudo para outra, e mais tarde, ainda para outras.

No entanto veio de Coimbra o sr. Augusto Gonçalves levantar à Agência do Banco de Portugal as pratas do Louriçal, que foram conduzidas para o tribunal.

Apenas duas pessoas tentaram levantar oposição à sua saída, os srs. João Miranda e farmacêutico Ferreira Pinto, mas encontraram-se sós.

Foi então que, aproveitando a ocasião, obtive da Câmara a cedência da igreja de Santo Estêvão, que já estava profanada e desocupada.

Para ali conduzi todo o mobiliário, quadros, etc., sendo à minha custa esta mudança—como as anteriores.

Ao Liceu dei então mais de trezentos exemplares de fósseis petrificados, mineralogia, alguns silex, etc., e uma vitrine própria para os exemplares de mineralogia.

A' Câmara cedi, para o Colégio Moderno, uma mobília escolar (modêlo oficial) completa, em ferro e madeira, para escola primária, e ainda para a Escola Normal alguns mapas e livros..

A maior parte dêsses objectos tinha-os adquirido na venda do espólio dos conventos de Santa Ana e Portela, tendo comprado parte das obras de arte e cerâmica, que não fôram cedidas ao Museu, pedindo para êsse fim a alguêm que por mim licitasse e pagasse com o dinheiro que lhe fornecia, visto que, directamente, não o podia fazer.

Anteriormente ao levantamento das pratas do Louriçal, já por duas vezes o sr. Augusto Gonçalves viera a Leiria visitar as casas religiosas, mas já as obras de arte estavam recolhidas por mim, e feito o pedido para a criação do Museu, que não fôra deferido, e essa a razão porque legalmente não me podia opôr à saída então de objectos que deviam pertencer ao Museu de Leiria; mas como não tive apoio algum das corporações, nem dos patriotas locais, que por ora só teem manifestado o seu amor à Pátria e à sua terra em vivas e conversas, nada pude fazer.

Numa dessas visitas em que o acompanhei sempre, descobriu-se no Seminário um tapete *persa* já bastante usado, mas ao qual o sr. Gonçalves deu o valor de 700$00 escudos.

Êsse tapete desapareceu. Foi para a companhia da ***Enciclopédia Portuguesa!*** A Câmara nunca fez caso da queixa que lhe fiz, e mais tarde o seu presidente, sr. dr. Mateus, pretendia confundir o tapete persa com um de Arraiolos.

Ora, tapetes de Arroiolos, em Leiria, só havia quatro: um em Santo Estêvão, outro no Paço, que estavam abandonados como coisa inútil e hoje figuram no Museu, tendo havido já um presidente do Senado Municipal que por êles ofereceu, para esfregões, 18 centavos, emquanto um negociante de antiguidades, poucos dias depois, oferecia 700$00 escudos!! O outro tapete estava no Convento da Portela, e foi reclamado pelo cardeal José da Silva Neto, com várias peças de mobiliário e livros, e por êle levantado, e o quarto, que pertencia ao convento de Santa Ana, e era um bom exemplar, ficara, por ocasião do arrolamento, numa loja térrea e sem ventilação, e, quando o procurei, já não foi possível salvá-lo. Estava completamente perdido.

Vendidos os bens das casas religiosas, ficaram de parte os paramentos, que fôram mandados recolher a Lisboa.—Nessa ocasião estabeleci uma certa confusão, e poude salvar parte dos paramentos de Santo Estêvão, e quando procurava trocar uma casula e dalmáticas com respectivas estolas e manípulos, de pouco valor, por outros de valor rial, do convento de Santa Ana, fui surpreendido pelo delegado da comarca, que me não deixou realizar o meu intuito.

Debalde pretendi demonstrar que o acto que praticava, longe de ser censurável, era justo, pois que salvava da destruição, pela venda ao desbarato, para o próprio Estado, uma obra de arte, e que enriqueceria o Museu. Perdeu-se.

Já por ocasião da invasão francesa êsse paramento se supôs perdido, mas agora foi de vez.

Vendo que não conseguia a realização das minhas aspirações, nem auxílio algum da cidade representada pelas suas corporações, ou dos seus habitantes, tentei ainda por vezes levar o Centro Democrático, em cujo partido então estava filiado, a interessar-se, para que lhe ficasse a glória da realização duma obra

necessária e de grande utilidade, passando eu a ser um auxiliar, agregando-me mesmo, para que outros pudessem brilhar. Mas nem mesmo assim.

Propuz ao Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª circunscrição, com sede em Coimbra, a nomeação de uma comissão instaladora e organizadora do ***Museu Regional, Artístico e Arqueológico,*** precedente já aberto para outras localidades. Passaram-se alguns meses, e, apesar das minha insistências, só em Dezembro de 1912 foi assinado o decreto que nomeava para essa comissão os srs. Adriano José Rodrigues, presidente da Câmara Municipal; António Vieira Repolho, vice-presidente; Padre João Correia Mateus, advogado e professor do Liceu; Pedro José Rodrigues, comerciante; Miguel da Costa Trindade, industrial; Inácio Veríssimo de Azevedo, ourives; João Pereira Gomes, escrivão-notário; Eduardo Martins da Cruz, proprietário; general Honorato Alfredo de Mendonça Estrêla; Adolfo Augusto Leitão, reitor do Liceu e presidente da Associação Comercial; José Maria Charters Henriques de Azevedo, director das Obras Públicas do Distrito; Dr. Luís José de Oliveira, advogado e director da Escola Normal; Ernesto Korrodi, director da Escola Industrial, e o signatário dêste relatório.

Estavam na Comissão incluidos os que se apregoavam como os mais extremos bairristas e amigos da Arte, e representados todos os estabelecimentos de ensino e corporações oficiais.

Em 19 de Janeiro de 1913 instalou-se a comissão, tendo eleito presidente o sr. Charters de Azevedo, vice-presidente o sr. Inácio Veríssimo de Azevedo, secretário o sr. João Pereira Gomes, tesoureiro o sr. Eduardo Martins da Cruz, e conservadores o sr. Ernesto Korrodi e a minha humilde pessoa.

O sr. Charters era de opinião que fôsse eu o escolhido para presidente, visto que tudo quanto se havia feito só a mim se devia, mas o sr. Inácio Veríssimo de Azevedo foi de opinião que o meu trabalho pouco valor tinha, pois me limitara simplesmente a recolher e guardar os objectos que figuravam no Museu, além do que era conveniente estar à testa da comissão uma pessoa de maior representação social. Foi a opinião que prevaleceu.

Indicou-se para receber quaisquer objectos, que fôssem cedidos pela Comissão Jurisdicional, o secretário sr. Gomes, o que cumpriu.

A Comissão só reuniu em Janeiro para tomar posse. Nessa ocasião combinou-se uma visita à igreja de Santo Estêvão, onde estavam recolhidos os objectos destinados ao Museu, mas essa visita não se realizou, e a comissão nunca mais reuniu.

Mais uma vez falhava o meu plano, e via-me só, absolutamente só, a lutar com a indiferença geral e a má vontade de muitos.

A instalação na igreja de Santo Estêvão serviu-me para poder salvar alguns objectos desta casa religiosa, em que já se tinham dado dois roubos, sem se verificar pelo inventário o que faltava, e correndo na voz pública que vários objectos do mobiliário em bom estado tinham sido trocados por outros em mau estado, e outros à sombra daqueles roubos tinham desaparecido. Metido um braço lá dentro, pude então também roubar, mas para o Museu, e algumas coisas assim obtive!!

Por fim, entrado na Comissão de Separação, como secretário, apossei-me das chaves das salas da frente do corpo nobre, onde estava a Biblioteca.

Tinha saído o batalhão, ficando no andar nobre o Distrito de Reserva e o de Recrutamento, no térreo a Delegação Agrícola.

Não obtendo as chaves das salas da fachada norte, que tinha sido despejada, passei a arrombar portas e a apossar-me delas, ligando-as com as da frente. Estava um pequeno ditador, arrastado pelas circunstâncias.

Mudei então tudo o que devia pertencer ao Museu, para o Paço. Era a quarta mudança.

Consegui juntar então Biblioteca e Museu, tudo acumulado e sem ter quem me auxiliasse, nem verba alguma.

Saíram os distritos de Reserva e Recrutamento, e respirei, julgando que ficaria senhor do edifício, mas a decepção veio breve:—A Câmara instalou ali a Escola Normal.

Fiquei novamente ludibriado nas minhas esperanças, pois não tinha onde instalar o Museu.

Passaram-se dois anos, e a Câmara, no amor e dedicação à instrução, conseguiu acabar com o colégio de meninas, que montara em Santo Estêvão, devido à sua péssima orientação e administração, e para ali mudou a Escola Normal e as escolas primárias, que ficaram instaladas de maneira horrorosa.

Folguei mais uma vez, por ter livre todo o andar nobre, apesar de insuficiente para todos os serviços, mas estava escrito no livro do destino que mais um contratempo adviria.

A Câmara quiz instalar no Paço a Guarda Republicana e disso encarregou o engenheiro sr. José Diogo Lopes da Costa Teriaga. Pelo seu projecto ficavam as instalações espalhadas por todo o edifício.

Ofereci-me à Câmara para delinear e orientar as obras. A Câmara aceitou, e poude então, rasgando um fôsso espaçoso, alojá-lo no andar térreo, com entrada independente, mas tive de ceder uma parte do andar nobre, para residência dos sargentos. Perdi cinco salas, que me fazem falta, e fiquei com mais três chaminés em serviço, que nunca foram limpas, e são uma ameaça para o edifício, onde, manifestando-se um fogo, não há meio de acudir, por absoluta falta de água naquela zona. Tinha projectado dois guardas fogos, para evitar que manifestado o fogo ali, se pudesse obstar à sua propagação, mas a Câmara não acabou a obra.

Fiquei mais uma vez iludido nos meus projectos.

Em 1917, resolve a Câmara proceder às obras de instalação da minha residência no andar nobre, obras que se limitaram à construção de três tabiques e mudança de três portas, construção de uma chaminé e de uma retrete. Nessas obras deu-se um caso curioso e que mostra a competência do Sr. Dr. Mateus para resolver a crise das subsistências: Não queria fazer a chaminé nem a retrete na casa, naturalmente porque exercia o cargo sem vencimento, e logo o raciocínio era simples: Quem não ganha não come, e como quem não come não precisa retretes, dispensava estas duas partes.

Tendo direito a receber a renda da casa dos nove meses que já estava em exercício, única remuneração que aceitei, cedi-a a benefício das obras, e ainda tive de gastar mais de 70$00 escudos para me poder instalar!

Pretendia instalar-me no andar térreo, onde não ficaria tão bem alojado, para que a parte melhor ficasse para o Museu, mas não o consegui, e assim a sua instalação ocupa actualmente um quarto e 5 salas faltas de luz, como se pode ver pelas seguintes dimensões e número de janelas: 1 sala com duas janelas, uma em cada tôpo; medindo 9,20×15,1; duas com 8,80×12,80 e 8,80×870, ambas com duas janelas voltadas ao nascente; outra medindo 6,6×15,1, a única bem iluminada com uma janela para o norte e 4 para o sul; e ainda outra a 5,80×6,40, com 1 janela para o poente.

Uma parede, cheia de fendas, ameaça ruina; os telhados estão rotos em vários pontos e as janejas sem vidros. Eis o que é a instalação do Museu de Leiria!....

Durante a minha permanência na Comissão de Separação, trabalhei pela or-

ganização do Museu, e só depois de muitas insistências e tendo de usar de uma certa energia, obtive que fôsse enviada uma comissão de três delegados, sendo um como representante do Conselho Nacional de Arte e Arqueologia, e outro do Museu Nacional, os srs. Luciano Freire e Luís Keil, e ainda um delegado da Fazenda Nacional.

O parecer foi favorável e passados meses foi criado oficialmente o Museu, sendo o decreto do teor seguinte:

Ministério da Instrução — Repartição de Instrução Artística

Decreto n.º 3:553

Atendendo à proposta da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Leiria;

Tendo sido cumpridas as disposições constantes do decreto com fôrça de lei de 26 de Maio de 1911;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros do Interior e da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º—É criado na cidade de Leiria um Museu regional de obras de arte, Arqueologia e Numismática.

Artigo 2.º—O Museu será instalado no edifício do antigo Paço Episcopal.

Artigo 3.º—Todas as despesas com a instalação do Museu e sua conservação correm por conta da Câmara Municipal de Leiria, cuja Comissão Executiva a isso se comprometeu.

Artigo 4.º—O pessoal do Museu é composto de um director-conservador e de um guarda, *cargos estes que serão desempenhados gratuitamente.*

Os Ministros do Interior e de Instrução Pública, assim o tenham entendido e façam executar.

Paços do Govêrno da República, 15 de Novembro de 1917.

Bernardino Machado—Artur R. de Almeida Ribeiro—José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães.

Dois meses depois vieram as nomeações.

Despachos

«Tito Benevenuto Dias de Sousa Larcher e Raúl Gomes de Figueiredo—nomeados, respectivamente, para os cargos de director-conservador e guarda do Museu Regional de Leiria.

Repartição de Instrução Artística, 12 de Janeiro de 1918.—O Secretário Geral—*João de Barros.*»

Como se vê, nada mais lacónico. Nem sequer um ofício me foi enviado comunicando o despacho, tanto mais que, além do cargo ser gratuito, na Repartição Artística eram bem conhecidos os meus esforços.

Mas, apesar do laconismo do decreto e do despacho, dá-se uma nota característica, muito interessante. É que do facto de eu me oferecer para exercer gratuitamente o cargo de director-conservador e ter levado o contínuo da Biblioteca, então em exercício, a fazer o mesmo, saiu o artigo 4.º do Decreto, que torna o exercício dos cargos gratuitos!!!

No despacho, que levou dois meses a sair, trocam me o nome, dando-me um apelido Dias, quando devia ser Lima, e o guarda nomeado já era falecido havia três meses.

É de notar que, em 3 de Agosto, tinha recebido do presidente da Comissão Executiva da Câmara, sr. dr. Mateus, um ofício em que se declarava que para satisfazer uma requisição da Repartição Artística, preciso era que indicasse: 1.º—Qual a parte do Paço Episcopal, não ocupada pela Guarda Nacional Republicana e Posto Agrário, em que podia ser instalado o Museu; 2.º—Qual a importância das despesas da instalação.

Dei as indicações necessárias, fixando em 360$00 escudos as despesas da instalação e 600$00 a das obras indispensáveis no edifício.

Parece que me devia ter sido comunicado, com precisão, qual a parte destinada ao Museu, mas nada disto se fez.

Em 6 de Fevereiro de 1918 oficiava ao chefe da Repartição Artística, ao tempo o sr. António Ferrão, e entre outras coisas de que tratava, lhe pedia para me indicar qual a entidade perante quem devia comparecer, para me dar posse e prestar a respectiva declaração de honra.

Como sua Ex.ª, chefe de uma repartição do Ministério da Instrução, não respondesse, dirigi-me no dia 22 de Fevereiro, directamente a V. Ex.ª como Ministro da Instrução, remetendo-lhe uma cópia do ofício que enviara à Repartição Artística e solicitando uma audiência.

Em 25 recebia ofício do vosso secretário Braga Paixão, em que declarava ficar V. Ex.ª surpreendido com as minhas revelações e terminando pelo seguinte período:

Também V. Ex.ª pode ficar certo de que serão dadas imediatas providências.

Parti logo para Lisboa, esperançado de que assim seria, mas a ilusão foi completa.

Compareci no Ministério da Instrução, pelas 13 horas de 26 de Fevereiro, e fiz-me anunciar, e a primeira prova de consideração que tive, foi de ver atender todas as pessoas que antes e depois de mim vieram, e só depois das 16 horas é que fui admitido, com a ordem de entrar o resto das pessoas que teem de falar ao sr. Ministro.

Nessa ocasião falou-me V. Ex.ª muito amavelmente, e estando presente o sr. Fidelino de Figueiredo e outros cavalheiros, falou-se sôbre instrução, e aproveitei a ocasião para chamar a atenção de V. Ex.ª para a péssima instalação das escolas primárias de Leiria, deficiência das do Liceu e Escola Normal, da necessidade da criação de uma Escola Industrial na Marinha Grande, e ainda de coisas de instrução necessárias a Alcobaça, no que fui auxiliado pelas pessoas presentes.

Prometeu então V. Ex.ª que na sua próxima viagem ao Pôrto, na ida ou no regresso, visitaria Leiria, mas a verdade é que até hoje essa visita não se realizou.

Nêsse dia já estava fechada a Repartição Artística, e foi-me solicitada a comparência no dia imediato às 13 horas. Fui pontual, mas nêsse dia o chefe sr. Ferrão não foi à Repartição e lembro-me claramente de que V. Ex.ª, enfadado, me disse:—*É dos que só vindo entre dois polícias, seriam pontuais.* Extranhei o caso, e foi-me indicada a comparência no dia imediato à mesma hora.

O sr. Ferrão ficou em mandar nêsse dia para o *Diário do Govêrno* a ratificação dos despachos, e que na segunda-feira imediata (estavamos a um sábado) prestaria a declaração de honra, e me seria dada posse.

Na 2.ª feira lá fui, mas o sr. Ferrão não foi.—Na repartição vi, como todas as vezes que ali entrava, uma sala cheia de secretárias, mas, nêsse dia, com

dois empregados que me deram a impressão de estarem atacados de reumatismo agudo, pois, com dificuldade se moviam, e aos quais tive de fazer umas observações, pois não sabiam quem havia de me dar posse. O resultado foi chamarem o contínuo, que lá me levou a outra repartição. Ali estava o chefe, que mandou chamar um empregado para lavrar o termo.

Apareceu um rapazola, a quem foi indicado o que havia de fazer. Pois apesar de ser serviço tão simples, foi preciso que o auxiliasse, pois não o sabia executar!!

Finalmente, em 31 de Julho, publicaram os jornais de Lisboa, com o carácter de nota oficiosa, uma local em que se declarava «que tendo a Repartição Artística enviado uma circular aos Directores dos Museus, para enviar relatórios e inventários, só dois tinham cumprido».

Era uma deslialdade a encobrir a falta do respectivo chefe, que não cumprira as determinações de V. Ex.ª e assim o fiz sentir em ofício de 1 de Agosto a V. Ex.ª e ao chefe da Repartição Artística, frisando que no Museu de Leiria não dera entrada a circular.

V. Ex.ª fez devolver o ofício, pelo chefe da Repartição Artística, que por seu turno devolveu o que lhe fôra enviado—mas, nota interessante—remetia juntamente dois exemplares da circular:—um destinado ao Museu de Leiria, e outro ao de Bragança!!!

Devolvi esta, lembrando o verso de Camões,—***Fraco rei, fraca faz a forte gente***—com aplicação ao serviço da Repartição.

Para essa repartição foi depois nomeado novo chefe, poeta, de que só tive conhecimento pelos jornais.

Tenho pedido a incorporação de várias espécies, e entre elas a da estátua de D. Afonso Henriques, que encimava o Arco da Memória, junto à estrada de Caldas da Rainha a Rio Maior, e que caindo foi enterrada por um funcionário das Obras Públicas, para evitar actos de vandalismo. Mas nada obtive.

Em resumo:—Museu do Estado, sem auxílio de nenhuma espécie do Estado e quási nulo da Câmara, que se obrigou a todas as despesas. O serviço de limpesa dos objectos expostos tem sido feito pelo Director-conservador, auxiliado por sua família, tendo me os empregados da Biblioteca auxiliado na arrumação e outros serviços.

A criação oficial da Biblioteca e Arquivo

Data de Julho de 1912 a minha primeira correspondência com o sr. Júlio Dantas, Inspector das Bibliotecas e Arquivos Nacionais.

A' minha exposição do que se passava com a organização da Biblioteca e pedido para ser criada oficialmente, respondeu em carta—***Acuso a recepção da carta de V., cujo conteúdo tenho na maior consideração. Disponha V. sempre de quem é—etc.***

Pois passou o resto de 1912, todo o ano de 1913 e ainda o de 1914, e só depois da interferência do sr. dr. Baeta Neves, quer junto do sr. Inspector, quer junto do Ministro da Instrução, obtive que o sr. Dantas se interessasse, e assim foi que em 28 de Agosto de 1915 me escreveu de Cintra, onde estava de licença, comunicando que, logo que regressasse ao serviço, mandaria visitar os edifícios do Paço e Seminário, ou mesmo talvez viesse para trocar impressões comigo.

Em Setembro, tendo conhecimento de que se andavam recolhendo os livros de registo paroquial do distrito de Santarêm, para os arquivos da capital,

fui a Lisboa e então falei directamente com o sr. Júlio Dantas, a quem fiz ver a vantagem de criar os arquivos regionais, onde se arquivasse todo o material concernente à vida local, e pedindo como única recompensa aos meus serviços (que sua Ex.ª tanto enaltecia em palavras) a criação do Arquivo Distrital de Leiria, obrigando-me a dirigi-lo gratuitamente com a Biblioteca, se me julgassem no caso de poder desempenhar essas funções.

Ficou assente que se criaria o Arquivo Distrital, e que eu seria proposto para o dirigir.

Em 14 de Outubro do mesmo ano, recebia um ofício, pedindo com urgência certas indicações sôbre o edifício do Paço, a fim das propostas do orçamento poderem dar entrada no Ministério até 20 desse mesmo mês. Esse ofício terminava com o seguinte período:—*Se se pode contar com o Município de Leiria para o pagamento do ordenado de um contínuo e de um servente do Arquivo Distrital,* **único encargo material** *que a instituição do arquivo determinará para o referido Município.*

Anteriormente o sr. dr. Baeta Neves, que deixara de exercer o cargo de governador civil, em 14 de Maio de 1915, apresentára-me na sala dos Passos Perdidos, do Parlamento, ao Ministro da Instrução, sr. dr. João Lopes da Silva Martins Júnior, a quem expuz o que desejava, e me prometeu todo o seu apoio, que se limitou a, por despacho de 7 de Agosto dêsse ano, mandar publicar no «Diário do Govêrno» uma portaria de louvor.

Verdade seja que outro Ministro, o sr. dr. Sousa Júnior, a quem solicitara o seu auxílio a favor da minha obra, mandou-me ir a Lisboa, e, depois de muitas promessas, marca uma visita a Leiria na semana imediata à da nossa conferência, a que só assistiram os seus secretários, estabelecendo como condição que se guardasse a maior reserva sôbre o assunto, o que todos prometeram cumprir, sob sua palavra. Pois no dia imediato, encontrando o sr. Baltasar Teixeira, deputado, êste me comunicou a visita. Tentei negar, mas indicou-me o nome do secretário autor da inconfidência, dando-me pormenores, e então confessei ser verdade. A visita, porêm, nunca se realizou!...

Em fins de Junho de 1916 realizou-se a visita, anunciada um ano antes do sr. Júlio Dantas a Leiria.

Em conferência realizada entre nós e os srs. dr. João Salema, governador civil do distrito de Leiria e dr. Correia Mateus, presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, se assentou nas bases da organização da Biblioteca e Arquivo, e, para recompensar os meus esforços, o sr. Dantas prometeu enviar muitos livros, provenientes de outras incorporações, e ainda muitos documentos para o Arquivo, que não tinha onde arrecadar em Lisboa, e seriam tão importantes as incorporações que o edifício do Paço seria pequeno para as receber.

Prometeu ainda obter do Estado se fizessem as necessárias obras de conservação e adaptação e ainda de residência, e mais tarde procuraria adquirir-se edifício melhor localizado, por ser mau o acesso para a instalação actual.

Pois o cumprimento de todas estas promessas resumiu-se no envio, da Biblioteca de Lisboa, de um caixote com livros, parte dos quais obras truncadas, leis e regulamentos e obras na maior parte sem valor!...

Da parte do sr. dr. Mateus houve grande relutância em fazer aprovar pela Câmara Municipal, o que teve lugar em 10 de Abril, a passagem da Biblioteca para o Estado, que só devia trazer vantagens para Leiria, sendo à sombra dela que se criou o Arquivo Distrital.

Em 4 de Julho de 1916 enviava-se à Inspecção o projecto do Decreto, elaborado para apresentar ao sr. Ministro da Instrução.

Por fim, a 3 de Agosto, saíu o Decreto, que foi publicado em suplemento ao «Diário do Govêrno», de 25 do mesmo mês, e que é do teor seguinte:

Ministério da Instrução Pública — Repartição de Instrução Artistica

Decreto n.º 2550 J.

Atendendo a que o alargamento da área de incorporações promovidas pela Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e a necessidade de desacumular os Arquivos Centrais de Lisboa, aconselhava a criação de bibliotecas e arquivos distritais, já prevista no n.º 8.º do artigo 26.º do decreto com fôrça de lei, de 18 de Março de 1911;

Atendendo a que a Câmara Municipal do Concelho de Leiria se responsabiliza por todas as despesas provenientes de instalação, organização, iluminação, expediente e pessoal da biblioteca e do arquivo distrital, criados pelo Estado, nos termos do presente decreto;

Atendendo a que da criação da mesma Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria, não resulta para o Estado qualquer encargo ou despesa, álêm das verbas expressamente autorizadas nas respectivas tabelas orçamentais;

Uzando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Hei por bem, sob proposta dos Ministros do Interior, Justiça, Finanças e Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' criada na cidade de Leiria uma Biblioteca Erudita, a qual para todos os efeitos legais se considera incluida na alínea I do artigo 3.º do decreto, com força de lei, de 18 de Março de 1911, ficando subordinada ao Ministério da Instrução Pública, por intermédio da Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos.

§ 1.º O fundo inicial da referida Biblioteca é constituído:

a) Pela livraria do extinto Paço Episcopal;

b) Pela livraria do extinto Seminário Diocesano;

c) Pela livraria e colecção numismática da extinta casa congreganista da Portela;

d) Pela livraria oferecida á Câmara Municipal do Concelho de Leiria pelo cidadão Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher, a qual fica sendo propriedade do Estado.

§ 2.º O fundo inicial será progressivamente acrescido pela incorporação dos núcleos de proveniência congreganista distrital, ainda não recolhidos em bibliotecas do Estado, e de colecções doutras proveniências de que a Inspecção das Bibliotecas e Arquivos possa dispor.

§ 3.º A Inspecção das Bibliotecas Populares e Móveis, de acôrdo com a Câmara Municipal, promoverá na Biblioteca Erudita de Leiria a instalação de uma secção popular, fazendo expedir pela fôrça das verbas de que o Estado dispõe para tal fim, bibliotecas móveis destinadas a percorrer os vários concelhos do distrito.

Artigo 2.º É criado anexo á Biblioteca Erudita de Leiria, nos termos do n.º 8.º do artigo 27.º do decreto com fôrça de lei, de 18 de Março de 1911, um arquivo distrital, igualmente subordinado ao Ministério de Instrução Pública, por intermédio da Inspecção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, e destinado a recolher, mediante os processos legais necessários:

a) Os documentos provenientes da antiga Mitra e Seminário diocesano;

b) Os documentos originários dos conventos da extinta diocese, depositados na Inspecção de Finanças;
c) Os cartórios paroquiais do distrito, nos termos e condições do decreto n.º 1630, de 9 de Junho de 1915;
d) Os cartórios paroquiais do extinto bispado de Leiria, que foram removidos para Coimbra;
e) Os cartórios notariais do distrito;
f) O arquivo da Câmara;
g) Os arquivos dos hospitais, confrarias e misericórdias do distrito;
h) Os arquivos dos estabelecimentos fabris estadoais, de criação pombalina existentes na região;
i) O arquivo da casa da Nazaré;
j) Os processos crimes arquivados;
l) Todos os processos e documentos provenientes de repartições extintas e de serviços cessantes do distrito que, nos termos da legislação em vigor, devessem dar entrada no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo.

Artigo 3.º A Biblioteca e Arquivo Distrital de Leiria serão instalados no andar nobre do antigo Paço Episcopal, cedido de arrendamento á Câmara de Leiria por decreto de 3 de Outubro de 1911, ficando a cargo da mesma Câmara o pagamento da renda respectiva e de todas as despesas de instalação, conservação e iluminação.

Artigo 4.º O quadro do pessoal da Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria será o seguinte:
1 Bibliotecário-arquivista.
1 Amanuense.
1 Contínuo.

§ 1.º O bibliotecário-arquivista, excepção feita da primeira nomeação, será um professor do Liceu de Leiria, nomeado pelo Govêrno sôbre proposta do Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, e vencerá a gratificação anual de 100$00.

2.º O amanuense e o contínuo serão nomeados sob proposta da Câmara de Leiria e terão o vencimento, respectivamente, de 260$00 e de 200$00 anuais fixados no orçamento municipal.

Artigo 5.º A gratificação do bibliotecário-arquivista e os ordenados do amanuense e do contínuo, as despesas de expediente e as férias do pessoal assalariado ficam a cargo da Câmara Municipal de Leiria.

§ único. A Câmara dará residência ao bibliotecário-arquivista, no edifício do antigo Paço Episcopal.

Artigo 6.º O Estado custeará até ao limite da verba inscrita no Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1916-1917, as despesas da catalogação e inventário do Arquivo Distrital de Leiria.

Artigo 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior, Justiça, Finanças, Fomento e Instrução Pública assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Govêrno da República, 3 de Agosto de 1916.—**Bernardino Machado**—*Brás Mousinho de Albuquerque—Luís de Mesquita Carvalho—António José de Almeida—Francisco José Fernandes Costa—Joaquim Pedro Martins*.

Na mesma data saiu o meu despacho, que é do teor segeinte;

Repartição de Instrução Artística

«Atendendo a que o fundo da Biblioteca Erudita de Leiria criada por de-

creto desta data é, em grande parte, constituído pela livraria oferecida ao município por Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher;

Atendendo a que o mesmo cidadão tem eficásmente contribuído para a instalação e organização das colecções de livros, documentos e moedas provenientes da mitra de Leiria, seminário diocesano e casa congreganista da Portela, entregues á guarda da Câmara Municipal do respectivo concelho;

Atendendo à especial competência demonstrada pelo referido cidadão em assuntos de arqueologia e biblioteconomia.

Usando da faculdade que me confere o n.º 4.º do ortigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, que seja nomeado bibliotecário-arquivista, sem vencimento, da Biblioteca e Arquivo Distrital de Leiria, Tito Benevenuto de Lima Sousa Larcher.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Govêrno da República, 3 de Agosto de 1916.—BERNARDINO MACHADO—*Joaquim Pedro Martins.*

A Câmara Municipal, presidida pelo Sr. Dr. Mateus, no seu orçamento para 1917, incluiu para a Biblioteca, Arquivo e Museu—30$00!!!...

Em 1 de Janeiro de 1918 entrou em exercício nova vereação, presidida pelo padre Joaquim José Carvalho, que deu ordem na livraria de onde me fornecia, para não fornecer nada à Biblioteca, porque a Câmara não pagaria! Alegava a falta de fundos que a anterior Câmara deixara.

Dias depois era a Câmara dissolvida e nomeada uma comissão administrativa, presidida pelo sr. dr, Afonso Zúquete, e então, devido principalmente aos esforços do sr. José Saraiva, professor do Liceu, a única pessoa que em Leiria se interessa pela Biblioteca, não só freqùentando-a, mas também promovendo a freqùência dos seus alunos, obtive que no orçamento fôsse inscrita a verba de 180$00 para a Biblioteca e Arquivo, e mais 100$00 para o Museu.

Esta comissão pediu mais tarde a exoneração e foi substituida pela anterior, presidida pelo sr. padre Joaquim José Carvalho, que conserva para 1919 a verba anterior.

A verba obtida da Inspecção para as incorporações é diminuta, e êste ano, para obter que me fôsse enviada, tive de me dirigir a V. Ex.ª Sr. Ministro e logo me foi remetida.

Solicitei o auxílio da Associação Comercial e da Junta Geral do Distrito, mas foram baldados os esforços, apesar daquela ser presidida por um professor do Liceu, que tem uma das melhores fortunas da região, que desta actualmente faz parte com mais dois professores do Liceu.

E para que V. Ex.ª possa fazer uma ideia da orientação de muitos professores, exporei o seguinte:

O Sr. Leitão, quando lhe pedi o auxílio da Associação Comercial, em Dezembro de 1916, não respondeu ao ofício, talvez por se vexar de deixar por escrito consignado o que declarou de viva voz:—que a Associação Comercial era pobre e por isso não podia dar nada, a não ser talvez uns 20 escudos!!! Seguidamente informando-se do que pretendia incorporar, e explicando-lhe que eram uns mil e tal volumes da biblioteca de S. Bernardino, concelho de Peniche, e a-gumas obras de arte, como quadros em tela, e 19 grupos da Paixão de Cristo, escultura em madeira,—aconselhou a que não fizesse embalagem. Podia tudo vir a granel em carro com taipais, até à estação de S. Mamede ou Óbidos, (7 léguas)

e aí pedir ao chefe da estação para arranjar um wagon fechado, e da estação de Leiria à cidade transportava-os em carros !!!

Fiquei como petrificado, mas recordei-me que o dito professor, que também já tem sido ***reitor do Liceu,*** é comerciante de mercearias por atacado.

Outro membro da Junta do Distrito é o Sr. António de Sousa Monteiro, capitalista e engenheiro das Obras Públicas, que nunca vi em festas cívicas, nem mesmo nas realizadas no Liceu, e no verão de 1917 e 1918, vi acompanhado dos seus alunos da aula de desenho, em excursão de ensino de arte, visitar os templos da cidade, N. Senhora da Encarnação e Sé, e terminar no templo românico de S. Pedro, que fica ao lado e contíguo ao Paço episcopal, onde estão alojados a Biblioteca e Museu. Pois ainda não entrou no Museu regional, e o Castelo, como fica mais alto, mostrou-lhes da porta do Paço !!

O terceiro membro da Comissão Administrativa é o engenheiro militar José Diogo Lopes da Costa Teriaga, que depois de reformado foi completar o curso, para concorrer ao liceu de Leiria.

Encarregado em tempo das obras militares de Leiria, destelhou parte da igreja românica de S. Pedro, exemplar do século XII, para aproveitar a telha no concêrto dos telhados das casernas juntas.

E interferindo nas obras do Matadouro, deixou destruir uma pedra do século XVII, representando a fachada do Castelo.

Tendo de consolidar as ruinas do Castelo, depois do último abalo sísmico que tantos estragos causou no Ribatejo, preencheu um grande buraco que havia na parede exterior da alcáçova, com cantarias brancas, parte das quais eram da capela de N. Senhora da Penha, belo exemplar gótico, e ainda colocou exteriormente na parte superior elásticos de ferro pintados de vermelho, obras que dão uma nota bem desagradável.

Pois nomeados para substituir em Janeiro a Junta eleita, recusaram-se a inscrever no orçamento qualquer verba, como já o fizera a Junta anterior.

Quanto a instalação não pode ser mais deficiente.

O acesso ao edifício é mau, o que concorre para a pouca freqùência, a que acresce a falta de iluminação, que não permite a abertura à noite.

A Câmara obrigou-se à iluminação, mas teem-se recusado as sucessivas vereações a satisfazer esta imperiosa necessidade, apesar de ser um serviço municipalizado, e de a ter colocado no quartel da Guarda Republicana, instalado no mesmo edifício já depois da Biblioteca, Arquivo e Museu, e de ser muito mais dispendiosa essa instalação.

Não há uma sentina, nem um simples mitório, para uso dos leitores e do pessoal, e o resultado é fácil de calcular em volta do edifício, num país como o nosso.

Duas das salas não teem tecto, e por baixo de uma delas está uma cavalariça da Guarda. São essas duas salas bastante húmidas, e de quando em vez tenho de acudir aos livros por causa do bolor, serviço que é executado por mim.

Por falta de estantes estão parte dos livros acumulados no chão, e para parte do pequeno arquivo tive de aproveitar caixotes e as portas com que improvisei estantes !!!

Tanto eu como o pessoal, nos temos de improvizar em carpinteiros e pintores, e fazer a limpesa...

O mobiliário é deficiente e impróprio.

Há dois anos, próximamente, que diligenceio montar uma aula nocturna para operários e polícias àlêm de uma diurna para a Guarda Republicana, para ensino e educação, preparando aqueles em parte para a freqùência da Escola Industrial e Comercial, e estes com uma educação cívica, e os últimos com o

curso de sargentos. Nada tenho conseguido, senão boas palavras, a declaração da muita utilidade da obra—e mais nada.

O actual governador civil, sr. Lourenço Pereira, que ao entrar em exercício, em Setembro, me declarou que duas coisas principalmente o preocupavam, a instrução e a beneficência, e que prometeu em breves dias visitar as instalações a meu cargo, e diligenciar fazer que se abrisse ao menos o curso para a polícia e guarda em 5 de Outubro, nem fez a anunciada visita nem as aulas abriram.

As aulas seriam regidas gratuitamente.

Há mais de mil volumes por encadernar, e dos arquivos apenas foram ainda recolhidos os paroquiais, o do Hospital das Caldas da Rainha e Misericórdia de Leiria.

Como fazer as incorporações se nem o Estado nem a Câmara fornecem o necessário para êsse fim?

E àlêm de tudo isto, há ainda a atender às responsabilidades que resultam da classificação da *Biblioteca Erudita*.

Como se há-de satisfazer às necessidades de uma biblioteca dessa natureza, que deve acompanhar o movimento scientífico e intelectual, se não existe verba para adquirir as obras especiais que tem de constituir o seu fundo, nem sequer para as necessárias a uma biblioteca popular?

Eis, sem comentários, o que se tem passado com a Biblioteca, deixando de parte o curioso proceder de algumas repartições públicas com que me tenho correspondido, cuja classificação não farei—e passarei a ocupar-me das bibliotecas móveis, de que trata o § 3.º do artigo 1.º do decreto.

Em Setembro de 1914, estando como administrador no concelho da Batalha, apareceu-me ali de automóvel o sr. Luz de Almeida, inspector das Bibliotecas Populares e Móveis, que desejava lhe desse umas notas sôbre a Biblioteca de Leiria, que sabia eu estar organizando, a fim de poder apresentar com brevidade um relatório.

Ponderei-lhe que não tinha elementos para o fazer, pois que as espécies recolhidas estavam amontoadas nas salas, e não tinha catálogo das livrarias incorporadas e apenas um, completo, das obras por mim oferecidas. Afinal, depois das suas instâncias dei-lhe umas indicações gerais, do que tomou nota numa carteira de capa preta, que guardou no bolso interior do casaco.

Um ano depois, quando fui pedir a criação do Arquivo, procurei o sr. Luz de Almeida, para lhe solicitar a remessa de bibliotecas móveis, pelo menos uma para cada comarca.

Sua Ex.ª, muito amável, prometeu que logo que pudesse enviaria algumas, e logo me declarou: —Tenho de apresentar com brevidade um relatório ao ministro sôbre as bibliotecas do país; e aproveito a acasião para lhe pedir algumas indicações sôbre a de Leiria.

Disse-lhe que um ano antes lhas tinha dado na Batalha, e o sr. Luz de Almeida puxou da carteira de capa preta, onde verificou que na verdade lá tinha as notas.

Quando um ano depois, em 1916, fui tomar posse como bibliotecário, procurei novamente o sr. Luz de Almeida, ainda por causa das bibliotecas, e logo sorridente me declarou:—Veio mesmo em muito boa ocasião, pois que estou a organizar um relatório sôbre as bibliotecas do país e desejava me desse alguns esclarecimentos sôbre a de Leiria. Lembrei-lhe que no bolso interior devia trazer uma carteira de capa preta onde tomara as notas que lhe dera.

Pedi em ofício de 26 de Setembro de 1916 as bibliotecas móveis.

Em 19 de Março de 1917 recebi guia do caminho de ferro, com porte a pagar, para levantar duas bibliotecas móveis, que foram enviadas: uma para a Ma-

rinha Grande, onde ainda hoje se conserva, tendo sido muito consultada, havendo à sua chegada à vila, manifestações de regosijo e uma sessão solene, e a outra foi para o Arrabal.

Prometia-se no ofício que, logo que as circunstâncias o permitissem, seriam satisfeitos os meus desejos e enviadas mais bibliotecas móveis.

Em 22 de Maio de 1917 recebia da Inspecção das Bibliotecas Móveis um ofício, com a nota de urgente, para oficiar às entidades oficiais, ou não, de Alcobaça, Ancião, Caldas da Rainha, Figueiró dos Vinhos, Pombal e Pôrto de Mós, para que estas oficiassem, com a *máxima urgência,* à referida inspecção, solicitando a remessa das aludidas bibliotecas.

E nada mais soube das bibliotecas móveis, senão que nada tinha com elas!!!

Conclusão

Do que fica exposto, se vê claramente que em Portugal a-pesar-de muito se proclamar que é necessário instruir e educar, para que o País possa entrar na senda do progresso, e de muito se apelar para a iniciativa particular, esta só se pode exercer, ou tendo os amigos da instrução fortuna própria, que lhes permita realizar suas aspirações sem precisar da intervenção das estações oficiais, ou ter uma espinha dorsal muito flexível.

Por muitas vezes comecei a elaborar o relatório, que já contava apresentar no ano findo, mas sentia-me vexado, por mim e principalmente pelo meu país e inutilizava o meu trabalho.

É doloroso, e bem doloroso, para quem ama a sua Pátria, ter de constatar que, casos como os que ficam narrados, se possam dar num país que se presume de civilisado.

Escusado será alargar mais o quadro, e por isso me abstenho de narrar factos, que procurei esquecer, e que revelam quão baixo é o nível moral de muitas criaturas que infelizmente, em parte, ocupam posições de destaque, e algumas até em assuntos de instrução e educação.

Deixarei de me referir também aos meus companheiros de luta, que em dezenas de comícios e conferências apregoaram a meu lado, antes e depois da proclamação da República, princípios que esqueceram, e que continuando a apregoar a sua fé republicana, alguma coisa teem contribuido, pela sua incoerência, para o descalabro social.

Em resumo, pedindo apoio para a realização da minha obra aos ministros e presidente do govêrno provisório, a quási todos os ministros de instrução que se lhe seguiram e a alguns de outras pastas, aos governadores civis do distrito de Leiria, aos deputados e senadores da região, às corporações locais, nenhum auxílio encontrei.

Solicitei das *Universidades de Lisboa, Pôrto* e *Coimbra,* a remessa das suas publicações periódicas, e apenas o reitor da de Coimbra, ao tempo o sr. Nórton de Matos, respondeu que a *Biblioteca da Universidade era pobre, e por isso não podia satisfazer os meus desejos!!!*

Pedi ainda à *Academia de Sciências de Portugal,* para tomar à sua iniciativa a criação do Museu, como já o fizera em Faro, e por duas vezes lhe pedi os seus boletins, e nada me responderam: procedimento igual ao que teve o *Instituto* de Coimbra com relação ao seu boletim, e o de outras corporações scientíficas e literárias e ainda de várias repartições oficiais.

Nunca consegui a visita oficial das corporações locais, das autoridades, corpos docentes das escolas, nem das corporações administrativas, à excepção da

Comissão Executiva da Câmara Municipal nomeada em Janeiro do corrente ano de 1918, e presidida pelo sr. Dr. Afonso Veríssimo de Azevedo Zúquete. Esta comissão encontrando os cofres da Câmara em muito más condições, incluiu no orçamento 180$00 escudos para a Biblioteca e Arquivo, e 100$00 para o Museu.

Foi pouco, mas mostraram boa vontade, e na ocasião mais não podiam fazer, e tanto mais que o presidente da Comissão Executiva da Câmara anterior que entrara no princípio dêsse mesmo mês, o reverendo Joaquim José Carvalho, dera ordem para nada se abonar.

A situação actual dos serviços a seu cargo

A parte do Paço destinada às instalações é insuficiente. Não tenho salas nem verba, para instalação e incorporações do Arquivo Distrital.

O arquivo da Mitra do antigo bispado de Leiria, está abandonado numa sala do Seminário de Coimbra, em risco de se perder, segundo as informações que me deram.

Os telhados que há três quartos de século não sofrem reparações, precisam de levantados por completo; as janelas e portas exteriores, sem pintura, estão apodrecendo, e faltam muitos vidros.

Não há segurança nenhuma no edifício, ficando dia e noite aberto o acesso ao interior.

Em caso de incêndio, a que está sujeito, pois no edifício funcionam 5 cozinhas, nada se salvará, por absoluta falta de água, na área que o cerca.

Não há retretes, nem sequer um urinol para o uso dos empregados e leitores.

Falta iluminação para a leitura à noite, e tem pouca luz a sala para êsse fim destinada.

Muito mau acesso.

O Govêrno não auxilia estas instituições porque a Câmara se obrigou a todos os encargos, e esta pouco dá, porque pouco tem, e a situação assim torna-se difícil, porque das verbas cedidas que ao todo prefazem 280$00 escudos, quási metade são absorvidas pelo serviço da limpeza e outros idênticos. Juntem-se as necessidades dêstes serviços, reparações, encadernações, incorporações, benificiações e a aquisição de livros, e ver-se há que nem para uma biblioteca popular dava, quanto mais para uma ***Biblioteca Erudita,*** um ***Arquivo Distrital*** e um ***Museu de Arte, Arqueologia e Numismática.***

E' de notar que a secção de numismática foi criada, pelo decreto da Biblioteca, junto a esta, e pelo do Museu, junto a êste!!!

Não me tornarei mais extenso, e passo a referir-me ao mapa do movimento de leitores nos anos civis de 1917 e 1918.

A maioria da freqùência é devida à acção do ilustre professor do Liceu Sr. José Saraiva, que está indicado para reitor do mesmo, o que levado a efeito seria um dos maiores benefícios prestados a Leiria e ao Liceu, porquanto é um professor distintíssimo e um bom educador.

É êle que encaminha os seus alunos para a Biblioteca e vai verificar a sua freqùência, pelos verbetes de leitura, e na aula pelo conhecimento das matérias estudadas.

E' a única pessoa em Leiria, donde não é natural, que assim procede e se tem interessado pelo progresso dos serviços a meu cargo, auxiliando-me muitas

vezes com as suas luzes e com os seus conselhos, o que me leva a patentear-lhe aqui o meu reconhecimento.

No final vão os mapas do movimento dos leitores nos anos civis de 1917 e 1918.

* * *

Não é animador o quadro, em grande parte devido às causas que tenho apontado e ainda ao pouco gôsto pelo estudo que geralmente há no nosso país, motivado principalmente pela péssima orientação pedagógica do ensino público.

O número de visitantes ao Museu foi, no ano de 1917, de 617 pessoas.

No ano de 1918, foi de 473 pessoas. A diferença foi motivada pela falta de excursões escolares e maus horários do Caminho de Ferro.

No estado actual do nosso meio social, a Biblioteca precisa ser mais do que uma casa com livros e respectivo gabinete de leitura.

Precisa atrair, chamar a si os leitores, e, sempre que seja possível, instruir e educar, fazendo-se, para os menos instruídos, conferências, acompanhadas de experiencias que lhes despertem o gôsto pelo estudo, a vontade de adquirir conhecimentos.

Ainda junto de cada biblioteca devia haver um museu etnográfico regional, e pelo menos um pequeno gabinete de física.

Pelo menos para a de Leiria é uma das minhas aspirações.

Para terminar, apresento a nota agradável dêste relatório, os nomes beneméritos que teem auxiliado estas instituições com donativos, frisando antes que, oferecidos pelos seus autores, ainda não entrou nenhum trabalho publicado pelos escritores naturais do concelho de Leiria.

O sr. ***dr. Fidelino de Figueiredo,*** director da Biblioteca Nacional de Lisboa—que, depois de uma visita a Leiria, se interessou vivamente pela Biblioteca, e que não só enviou as suas publicações e a «Revista de História» como também obteve de alguns seus amigos e da «Academia das Sciências de Lisboa» a remessa de obras importantes.

A ***Academia de Sciências de Lisboa,*** que inscreveu a Biblioteca na relação dos contemplados com as suas publicações, sendo-me grato referir o nome do sr. ***Cristovam Aires,*** seu digno secretário, pela sua boa vontade e atenções.

A ***Comissão de Estudos Geológicos,*** que procedeu da mesma forma que a anterior, por iniciativa do seu secretário sr. ***Jorge de Macedo de Oliveira Simões.***

A ***Biblioteca Municipal do Pôrto,*** que também tem enviado as suas valiosas publicações.

O Sr. ***Edgar Prestage,*** um inglês muito amigo de Portugal, e que, àlêm das publicações enviadas, tem usado de atenções para comigo que não posso deixar de aqui lhe patentear o meu reconhecimento, pela distinção que lhe tenho merecido.

A ***Casa Pia de Lisboa*** e especialmente o seu director, sr. Dr. Aurélio Ferreira, pelas facilidades e boa vontade com que facilitou a cessão das obras de arte e livraria da casa de S. Bernardino, do concelho de Peniche, e ainda o sr. ***César da Silva,*** professor regente da Colónia ali instalada, pelos seus bons serviços.

Menciono ainda pelas suas ofertas de livros a Direcção Geral de Estatística, a Direcção Geral das Contribuições Directas, os Liceus de Coimbra e Lamego, a Câmara Municipal de Lisboa e Junta do Crédito Público.

As redacções dos semanários—«União Figueiroense», de Figueiró dos Vinhos; «Semana Alcobacense», de Alcobaça; «Anunciador», «Jornal de Leiria», «Mensageiro»», e «Voz Infantil», de Leiria; «O Pôrto Crítico», do Pôrto; e as

Escolas Móveis João de Deus, sede em Lisboa, que teem enviado regularmente as suas publicações; os srs. Ernesto Adolfo Teixeira Guedes, de Faro; Alberto Cardoso Pires de Figueiredo, de Coimbra; Armando das Neves Larcher, de Aveiro; dr. Afonso Verissimo de Azevedo Zúquete, de Leiria; António Vieira Natividade, de Alcobaça; Belisário Pimenta, de Coimbra; Carlos de Passos, do Pôrto; Eduardo Moreira, de Lisboa; dr. José Leite de Vasconcelos, de Lisboa; João Miranda, dr. José Pedro Dias Júnior, dr. António Lúcio Tavares Pimentel, Manuel de Deus Brito Moreno e Manuel Maria da Silva, de Leiria.

O sr. *Inácio Veríssimo de Azevedo* depositou no Museu uma vitrine, contendo uma colecção de materiais, encontrados na escavação da antiga *Colipo.*

A Liga dos Amigos do Castelo e Direcção das Obras Públicas de Leiria, também teem entregado no Museu os materiais encontrados no Castelo de Leiria.

O sr. José Ferreira Bernardino, de Azoia, ofereceu uma interessante colecção de armas gentílicas de Africa Ocidental.

O sr general José Maria de Oliveira Simões, uma colecção de cântaros, de que já enviou metade.

Não posso deixar de patentear também o meu reconhecimento ao sr. Ernesto Korrodi, artista de grande valor, que muito me tem auxiliado.

A todos os mencionados, o meu reconhecimento.

Do Museu, já enviára em 24 de Setembro último um inventário e ligeiro relatório, a fim de cumprir as determinações de V. Ex.ª e pelo qual se vê que, dos 510 números correspondentes a 1485 objectos de que é constituido o Museu, 186 números com 404 objectos foram por mim oferecidos, constituindo o núcleo inicial.

Para êsse relatório chamo a atenção de V. Ex.ª

Antes de terminar devo fazer uma declaração:

E' possível que o desejo ardente de ver progredir a minha obra me cegue um pouco, mas, se assim fôr, não me seja levado à conta de despeito ou má vontade. A ninguêm desejo melindrar.

Estou convencido de que hei-de conseguir impôr aos que me teem contrariado, ou menos auxiliado, o desejo de me secundar.

Há um nome a quem mais referências faço. E' o sr. dr. João Correia Mateus, que inegavelmente é o homem a quem Leiria mais deve, debaixo do ponto de vista do desenvolvimento material, e por quem sinto grande consideração, não lhe faltando com o meu auxílio e apoio, sempre que tenho tido ocasião de o prestar, muito embora, por vezes, discorde do seu modo de ver.

Ao citar o seu nome, é como presidente da Câmara, que sei muitas vezes o contrariava nas suas aspirações, não o deixando dar largas aos seus desejos, e assim foi que no ano de 1916 bastante trabalho teve para dispôr as coisas para me instalar no Paço e fazer saír a Escola Normal.

Ex.mo Sr. Ministro da Instrução

Permita V. Ex.ª que, ao encerrar êste relatório, me dirija a V. Ex.ª como Ministro e como cidadão.

Reconheço que V. Ex.ª é dotado de invulgar inteligência e que tem boa vontade de melhorar os serviços a seu cargo, mas a verdade é que a reforma dos serviços das Bibliotecas e Arquivos, que levou meses a elaborar por uma comissão composta de nomes de que havia a esperar obra de maior fôlego, sáiu incompleta, e pode-se quási dizer, limitou-se à reforma dos serviços de Lisboa.

É preciso codificar e reformar os serviços não só das Bibliotecas e Arquivos como também regular o funcionamento dos Museus e sua acção, a fim de evitar que se possam repetir factos como os que nêste relatório exponho, e de que V. Ex.ª, por exposição minha verbal, teve conhecimento, prometendo providenciar, promessa que, certamente devido aos muitos afazeres, não se chegou a executar.

Como cidadão, estou crente que V. Ex.ª me achará razão, estou convencido de que remediaria os males, assim como não poderá deixar de reconhecer que não há por Portugal, quem mais tenha feito pela instrução, relativamente aos recursos monetários, de que disponho, e ainda ao meu mau estado de saúde.

Também V. Ex.ª certamente terá notado o contraste frisante de que, enquanto a maioria de funcionalismo procura melhoria de situação e diminuição de serviço, eu, pelo contrário, nada peço para mim, senão que me dêem os recursos necessários para poder desenvolver a minha obra e torná-la o mais útil possível.

Não peço honrarias nem louvores, nem recompensas pecuniárias, mas unicamente que se faça *justiça* às minhas intenções e se reconheça o meu trabalho, facultando-me os meios de o valorizar.

Leiria, 31 de Dezembro de 1918.

O Bibliotecário-Arquivista e Director-Conservador

Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher

Adicionamento

Foi êste relatório (1.ª edição) enviado para a tipografia a tempo de estar impresso nos primeiros dias de Janeiro. A demora havida nas oficinas só agora permite a sua distribuição, indo encontrar no poder outra situação e outro ministro que não aquele a quem êste era dirigido.

Seguidamente vão publicadas as bases para a reorganização das bibliotecas, arquivos e museus, que em Janeiro de 1918 enviei ao Sr. Dr. Alfredo de Magalhães, então secretário de Estado da Instrução, e de que enviei outro exemplar à Inspecção das Bibliotecas e Arquivos, por virtude do pedido feito, para ser presente à comissão encarregada da reforma dêstes serviços.

Leiria, 18 de Março de 1919.

Bases de reorganização dos serviços das Bibliotecas, Arquivos e Museus

1.º — Em cada distrito administrativo haverá uma Biblioteca Erudita, um Arquivo e um Museu de Arte, Arqueologia, Etnografia Regional e Numismática.
— Estas duas últimas secções poderão ser dependentes da Biblioteca.

2.º — O Director da Biblioteca Erudita exercerá as funções de sub-inspector das Bibliotecas e Arquivos, na respectiva área, e terá a seu cargo a distribuição das Bibliotecas Móveis.

3.º — Criar-se há um fundo para as despesas de conservação, incorporação e desenvolvimento, que poderá ser administrado por um conselho administrativo composto pelos directores da Biblioteca, Arquivo e do Museu, das Obras Públicas e da Escola Industrial, havendo-a, e de um professor do Liceu, escolhido pelo respectivo conselho. (Exclui-se Lisboa, Pôrto e Coimbra, que terão organização especial).

4.º — Haverá da mesma forma em cada distrito uma delegação do Conselho de Arte, que terá a seu cargo o arrolamento de todas as obras de valor artístico, arqueológico e histórico, tanto do Estado como das corporações administrativas e de particulares, promovendo a sua conservação.

5.º — O director da Biblioteca diligenciará organizar o catálogo de todas as bibliotecas públicas ou particulares, documentos e manuscritos, promovendo a organização de novas bibliotecas, procurando evitar extravio do que mereça ser conservado e recolhendo aos arquivos os documentos que possa obter.

6.º — O fundo a que se refere o n.º 3.º poderá ser constituido por uma verba anual dada por cada Município e Junta Geral do Distrito e que poderá ser assim distribuída:

a)	Concelhos de 3.ª ordem	60$00
b)	» de 2.ª »	90$00
c)	» de 1.ª »	120$00
d)	» da sede do arquivo	240$00
e)	» Junta Geral do Distrito	360$00

É um pequeno encargo, representado por um minimo, que poderá ser aumentado pelas corporações que o desejem.

f)—A quantia que o Govêrno fixar no orçamento.

A iluminação das Bibliotecas a cargo dos municípios.

7.º—De todas as obras e impressos, publicados dentro da área de cada distrito, serão enviados exemplares à respectiva Biblioteca Erudita, e em cada concelho à Biblioteca Pública ou Municipal, quando a haja.

8.º—Isenção de franquia para as publicações enviadas para as Bibliotecas e Arquivos Públicos e Museus Regionais, e bem assim para a correspondência com os livreiros.

9.º—Remessa às Bibliotecas Eruditas de todas as publicações oficiais, já feitas, de que hajam duplicados disponíveis, e das que de futuro se vierem a fazer.

10.º—Catalogação abreviada das obras truncadas e repetidas, para o efeito das permutas (*).

11.º Publicação oficial dos catálogos das Bibliotecas e Arquivos Distritais.

12.º—Unificação do sistema de catalogação, de nomenclatura, de formato de livros, e de verbetes.

13.º—Organização de um quadro geral do pessoal das Bibliotecas, Arquivos e Museus, estabelecendo-se as condições de admissão, promoção, transferência e aposentação.

14.º—Residência do bibliotecário, junto às Bibliotecas.

15.º—Os papeis de todas as associações e empresas sejam de que natureza forem, serão recolhidos aos respectivos arquivos pela sua extinção.

16.º—As Bibliotecas de quaisquer empresas ou associações não poderão

---

(*) E' mais prático e de mais confiança para as bibliotecas da província e mais económico, do que o depósito de duplicados na Ajuda.

ser penhoradas, nem servir de caução; e por extinção dessas corporações, serão integradas na Biblioteca Erudita, quando não haja na sede do concelho ou freguesia em que tinham a sua sede, biblioteca de carácter oficial, ou poderão servir de núcleo a uma nova biblioteca se qualquer corporação legal assim o desejar.

17.º—Nomeação de um arquivista com o respectivo curso, para cada Arquivo Distrital.

18.º—Quando qualquer dos funcionários dêstes estabelecimentos se obrigue a exercer gratuitamente os seus cargos, será a verba correspondente ao seu vencimento inscrita no orçamento, a favor do fundo da respectiva instituição a que o funcionário pertencer, verba que acrescerá à dotação que fôr arbitrada.

Medidas que julgo indispensáveis e urgentes

1.º—Substituir os ancargos a que a Câmara se obrigou com relação ao Arquivo, à Biblioteca e ao Museu, por quantia certa anual.

2.º—Suprimir a cláusula da escolha do pessoal feita pela Câmara, para evitar a repetição das vergouhosas scenas que se deram com a nomeação do contínuo.

3.º—Pôr à disposição da Biblioteca e Arquivo as dependências necessárias para a instalação dêste.

4.º—Fornecer as estantes, armários e mobiliários necessários.

5.º—Iluminação da Biblioteca.

6.º—Nomeação de um guarda para o Museu, que poderá ser um marceneiro.

7.º—Reparações dos telhados, obras de segurança, de protecção contra incêndios, consolidação de paredes, pintura de portas e janelas.

8.º—Passar o edifício do Paço e seus anexos, bem como a Igreja romãnica de S. Pedro, para o Ministério da Instrução.

9.º—Aproveitar a cêrca para instalação de jogos desportivos e gimnásio.

10.º—Reorganização dos serviços das Bibliotecas, Arquivos, Museus e Monumentos Nacionais.

Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher

Movimento da Biblioteca Erudita em 1917

Meses	Número de leitores									Natureza das obras consultadas												
	Sexos			Profissões							Literatura											
	Masculino	Feminino	Total	Estudantes	Diplomados	Proprietários	Militares	Empregados do comércio e indústria	Total	História	Clássica	Romântica	Estrangeira	Filologia	Arte	Heráldica	Sciências matemáticas	Filosofia	Religiões	Gimnástica	Total	Visitantes
Janeiro....	18		18	18					18	17	1										18	15
Fevereiro...	17		17	16			1		17	14	2	1									17	23
Março......	5		5	2		1		2	5	2		1			2						5	47
Abril.......	22	2	24	10			8	6	24	9	6				6			2	1		24	44
Maio.......	22		22	15			4	3	22	10	2	3			4	1		1	1		22	120
Junho.......	55	3	58	37	19		1	1	58	16	9	11	19		1				1	1	58	105
Julho.......	56	5	61	46	15				61	19	14	11	12		2	1	1	1			61	80
Agosto.....	63	1	64	29	25	1		9	64	14	9	10	21	1	7			1	1		64	87
Setembro...	14		14	7	3			4	14	2	4	5	3								14	40
Outubro....	43		43	25	14	1		3	43	5	10	13	11		2		1	1			43	36
Novembro...	67	1	68	58	10				68	18	23	15	7	1	1		2			1	68	9
Dezembro...	18		18	16				2	18	2	8	5			1	2	1				19	11
Soma....	400	12	412	279	86	3	14	30	412	128	88	75	73	2	26	4	5	6	4	2	413	617

Movimento da Biblioteca Erudita em 1918

Meses	Número de leitores									Natureza das obras consultadas												
	Sexos			Profissões							Literatura											
	Masculino	Feminino	Total	Estudantes	Diplomados	Proprietários	Militares	Empregados do comércio e indústria	Total	História	Clássica	Romântica	Estrangeira	Filologia	Arte	Heráldica	Sciências matemáticas	Filosofia	Religiões	Gimnástica	Total	Visitantes
Janeiro	32		32	32					32	32											32	9
Fevereiro	10		10	10					10	7	3										10	7
Março	25		25	25					25	20	2	3									25	16
Abril	98	42	140	137	3				140	89	12	15		4			17	3			140	35
Maio	91	64	155	151				4	155	73	24	32					24	2			155	78
Junho	77	60	137	130	3	1	1	2	137	51	19	32		6	5	1	22	1			137	103
Julho	32		32	30				2	32	16	5	7			1			3			32	73
Agosto	46		46	45				1	46	11	13	19			1		2				46	85
Setembro	89	1	90	84		3	1	2	90	3	12	71			2	1			1		90	40
Outubro	55	1	56	53			1	2	56	2	9	41			2				1	1	56	14
Novembro	15	1	16	15		1			16		2	13							3		18	6
Dezembro	9		9	9					9		1	8									9	7
Soma	579	169	748	721	6	5	3	13	748	304	102	241		10	11	2	65	9	5	1	750	473

Notas suplementares desta 2.ª edição

Para satisfazer aos pedidos de amigos, enviei o meu relatório a toda a imprensa do distrito de Leiria, à de Lisboa e Pôrto. Não fiz acompanhar o relatório da apreciação que muitos enviam para se publicar, enaltecendo os seus autores, nem pedi a quem quer que fôsse para, em qualquer jornal, se fazer qualquer referência pessoal, porque dessas não preciso, esperando que aqueles que se dizem os *sacerdotes da imprensa, a grande propulsora do progresso,* que êsses homens que só na falta de original pedem instrução e gritam que é necessário auxiliar todas as iniciativas úteis, a favor da instrução e da educação nacional, viessem apoiar as minhas reclamações, mas baldada foi a esperança dos que me levaram a dar êsse passo, inutilizando exemplares do relatório que melhor aplicação podiam ter.

A própria imprensa de Leiria não teve uma palavra, uma frase, de protesto contra os actos inqualificáveis, apontados, nem de apoio ao meu trabalho.

Da grande imprensa, já contava com o silêncio, porque conheço um pouco a engrenagem do elogio mútuo, que não permite ataques aos seus membros, e no meu relatório, onde aliás não ataco ninguêm, e só apresento factos concretos, ferem-se vaidades de indivíduos, que pela sua posição oficial, devendo prestar todo o seu apoio, se mostram irritados e procuram inutilizar meus esforços. Agora mesmo, a pretexto de se aumentar Leiria com guarnição militar, vai-se meter no *edifício do Paço do Bispo, e onde, com a Biblioteca, Arquivo e Museu, está instalado o quartel da Guarda Republicana, mais outro quartel, para um grupo de batarias de artilharia, pretendendo-se tirar-me dependências, quando estou a pedir mais, para montar e organizar o arquivo e o museu etnográfico.* Pensava ainda em utilizar a cêrca para jogos desportivos, patinagem, law-tennis, criquet, recreio para crianças, etc., dando assim àqueles terrenos uma aplicação útil, facto de que informei a Câmara. Pois tudo ficou inutilizado.

E aqui está como em Portugal se tratam as coisas de instrução.

Termino com a transcrição dum trecho, das poucas cartas que recebi de apoio à minha atitude;

«...quem sabe se com tanto trabalhar e sacrificar V. estará esbravando o caminho para, mais cedo ou mais tarde, vir ocupar-lhe o lugar algum dêsses tubarões saídos dos corrilhos políticos, a refastelar-se em choruda gamela?»

«Desculpe esta previsão de velho desconfiado por muito experimentado, mas a regra raro falha; o diabo só paga bem a quem mal o serve, e no caso presente o diabo é o *bem público.*»